

Relatório da Administração

Apresentação: A Diretoria do Citibank N.A. - Filial Brasileira ("Entidade"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos acionistas as Demonstrações Financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: O Citibank N.A. - Filial Brasileira apresentou um lucro líquido de R\$ 78.460 (2017 - R\$ 120.419) o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 6,11% (2017 - 9,26%). Em 30 de junho de 2018, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 14,60% (2017 - R\$ 15,46%).

Dividendo: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No semestre findo em 30 de junho de 2018 a Entidade pagou dividendos no montante de R\$ 276.170.

Balanços Patrimoniais**Em 30 de junho de 2018 e 2017**

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
ATIVO			
Circulante		5.064.978	5.072.945
Disponibilidades	4	1.658.582	2.727.189
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	3.278.795	2.713.777
Aplicações em depósitos interfinanceiros		3.278.795	2.713.777
Aplicações em moedas estrangeiras		-	13.419
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		516.082	1.262.429
Carteira própria	6	101.742	449.826
Instrumentos financeiros derivativos	7	262.439	78.081
Vinculados à prestação de garantias	6	151.901	734.522
Relações interfinanceiras		1.194.186	996.100
Correspondentes no país	24.b	1.194.186	996.100
Operações de crédito	8	15.704	16.114
Operações de crédito - setor privado		15.712	16.119
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(8)	(5)
Outros créditos		41.635	67.493
Rendas a receber		10.244	13.571
Crédito tributário	9	30.235	53.179
Diversos	10	1.156	743
Outros valores e bens		1.994	1.804
Despesas antecipadas		1.994	1.804
Não circulante		663.972	343.609
Realizável a longo prazo		635.104	313.449
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		252.110	3.184
Instrumentos financeiros derivativos	7	28.520	3.184
Vinculados à prestação de garantias	6	223.590	-
Outros créditos		382.994	310.265
Crédito tributário	9	79.129	18.640
Diversos	10	303.865	291.625
Permanente		28.868	30.160
Investimentos	11	250	1.537
Outros investimentos		250	1.537
Imobilizado de uso	12	28.618	28.623
Imóveis de uso		66.196	66.196
Gastos de organização e expansão		52.426	52.426
Outras imobilizações de uso		14.770	14.770
(Depreciações acumuladas)		(104.774)	(104.769)
Intangível		4	4
Ativos intangíveis		4	4
(Amortizações acumuladas)		(4)	(4)
Total do ativo		5.728.950	5.416.554

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria é formado por até cinco representantes da diretoria e tem como principais atribuições as seguintes atividades: (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Prudencial Citi no Brasil, incluindo notas explicativas e relatório da auditoria externa; (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas e; (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2018, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 22 de agosto de 2018.

	Nota	2018	2017
PASSIVO			
Circulante		3.137.427	2.790.185
Relações interdependências		243	96
Recursos em trânsito de terceiros		243	96
Obrigações por repasses do exterior		1.823.469	1.554.817
Repasses do exterior	13	1.823.469	1.554.817
Instrumentos financeiros derivativos		16.045	8.560
Instrumentos financeiros derivativos		16.045	8.560
Outras obrigações		1.297.670	1.226.712
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		58	55
Sociais e estatutárias		-	127.500
Fiscais e previdenciárias	14	29.694	38.979
Diversas	15	1.267.918	1.060.178
Não circulante		24.868	24.747
Instrumentos financeiros derivativos	7	1.249	3.184
Instrumentos financeiros derivativos		1.249	3.184
Outras obrigações		23.458	21.422
Diversas	15	23.458	21.422
Resultados de exercícios futuros		161	141
Resultados de exercícios futuros		161	141
Patrimônio líquido	17	2.566.655	2.601.622
Capital social		258.549	258.549
Reserva de lucros		1.236.648	1.229.198
Ajustes de avaliação patrimonial		(3.079)	(523)
Lucros acumulados		74.537	114.398
Total do passivo		5.728.950	5.416.554

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**Para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017**

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Reservas especiais de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		1.258.549	123.148	1.100.029	-	(39)	-	2.481.687
Ajustes de avaliação patrimonial - líquido de impostos	17.f	-	-	-	-	(823)	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial - benefícios a empregados	23	-	-	-	-	339	-	-
Lucro líquido		-	-	-	-	-	120.419	120.419
Destinações:								
Reservas	17.b	-	6.021	-	-	(6.021)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2017		1.258.549	129.169	1.100.029	182.488	(523)	114.398	2.601.622
Saldos em 31 de dezembro de 2017		1.258.549	137.433	1.121.116	182.488	(3.005)	74.537	2.696.581
Ajustes de avaliação patrimonial - líquido de impostos	17.f	-	-	-	-	(74)	-	-
Lucro líquido		-	-	-	-	-	78.460	78.460
Destinações:								
Reservas	17.b	-	3.923	(25.824)	(182.488)	(3.923)	-	-
Dividendos	17.e	-	-	-	-	-	-	(208.312)
Saldos em 30 de junho de 2018		1.258.549	141.356	1.095.292	(182.488)	(3.079)	74.537	2.566.655

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**Para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017**

(Em milhares de Reais)

1 | Contexto operacional

O Citibank, N.A. - Filial Brasileira ("Entidade") é parte integrante do Conglomerado Financeiro Citibank no Brasil e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos mercados financeiros e de capitais. Utiliza-se dos recursos administrativos e tecnológicos dessas empresas e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto.

A Entidade atua no Brasil e tem por objetivo social a prática de todas as operações permitidas aos bancos comerciais, inclusive as de câmbio.

Em 08 de outubro de 2016, o Banco Citibank S.A. (Banco), empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank, e o grupo Itaú Unibanco celebraram contrato de compra e venda das operações de *Consumer Bank* no Brasil, onde o grupo Itaú Unibanco se tornou o sucessor dos negócios de varejo do Banco no Brasil. Como parte deste acordo, o Citibank N.A. vendeu parte de sua participação societária na TECBAN - Tecnologia Bancária S.A. (3,22%). A transação foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica em agosto de 2017 e pelo Banco Central do Brasil em outubro de 2017. A operação de venda do *Consumer Bank* foi concluída no segundo semestre de 2017.

2 | Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595 de 1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404 de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº 13.411, de 27 de maio de 2009, em consonância, com os normativos do Banco Central do Brasil - BACEN, do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Entidade em 22 de agosto de 2018.

3 | Principais práticas contábeis**a) Apuração do resultado**

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência, incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas demonstrações dos fluxos de caixa, referem-se às disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira, às aplicações em depósitos interfinanceiros contratadas com prazo igual ou inferior a 90 dias e aplicações em moedas estrangeiras.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, conforme Circular Bacen nº 3.068 de 2001, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i. Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independente do seu prazo de vencimento;

ii. Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; e

iii. Títulos disponíveis para venda - Aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacadada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais serão reconhecidos no resultado quando da efetiva venda dos respectivos títulos.

O valor de mercado dos títulos públicos são apurados segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento.

e) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*), seguindo as premissas da Circular BACEN nº 3.082 de 2002.

As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultados.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa referente a operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, inclusive avais e fianças prestadas, é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, considerando-se a classificação das operações de crédito e de outros créditos em nove níveis de risco que, por sua vez, estão diretamente relacionados ao percentual da provisão a ser constituída, dentre as quais se destacam:

- A classificação das operações, com empresas do segmento *Corporate*, é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade, limite de crédito e as características gerais da operação, bem como as garantias envolvidas.

A Entidade constituiu provisão adicional aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas após decorridos 6 meses contados a partir da classificação no *rating* *h*, desde que apresentem atraso superior a 180 dias.

As operações de crédito renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações registradas como prejuízo e controladas em conta de compensação, são classificadas como de risco nível *h*. Eventuais ganhos auferidos por ocasião da renegociação são apropriados ao resultado quando efetivamente recebidos. A reclassificação para categoria de menor risco é realizada quando há amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

h) Permanente**i. Investimentos**

Os investimentos são avaliados pelo método de custo.

ii. Imobilizado

Até dezembro de 2016, o imobilizado era registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos e 4% para edificações.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente,

a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo.

d) Redução do valor recuperável de ativos (*Impairment*)

O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito, a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, e
- Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

j) Obrigações por repasses no exterior

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25, e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010, do BACEN.

i. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando há existência de evidências que assegurem sua realização. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.

Passivos contingentes - Basicamente, decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Conforme define o CPC 25, as contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas em notas explicativas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. A análise e classificação das provisões prováveis é realizada com base na avaliação de assessores jurídicos e da Administração.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescricional da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (2 anos), pois a entidade espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a Justiça do Trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo:

As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido.

As ações cíveis com valores inferiores a R\$ 300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$ 500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas mensalmente considerando a média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses, acrescidos dos juros desde a data de ajuizamento/citação.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte:

No ajuizamento da causa, os processos trabalhistas são provisionados com base em percentual do valor do pedido. Referido percentual é calculado de acordo com a média histórica de pagamentos dos processos encerrados nos últimos 18 meses considerados relevantes, tomando em consideração percentual de ganhos de causa, percentual de acordos e percentual de perdas quando da sentença em primeira instância adicionado do valor de risco existente na base ativa. A avaliação individual da probabilidade de perda é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobremateria acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

As ações cíveis consideradas relevantes terão sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e serão provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada como perda provável.

As ações fiscais e previdenciárias são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da avaliação dos consultores legais e da Administração.

As ações são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente.

As ações cíveis, fiscais e previdenciárias e trabalhistas estão registradas na rubrica contábil "Outras obrigações - Diversas".

l) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda e contribuição social foram constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, às alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% para o Imposto de Renda.

Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP nº 675/15, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras de 15% para 20%. A MP entrou em vigor a partir de 1º de setembro de 2015 e a referida MP foi convertida na Lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, e na Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Conselho Monet

...Continuação

d) O quadro a seguir resume o valor referencial e as respectivas exposições líquidas no balanço patrimonial para os instrumentos financeiros derivativos por contraparte.

	Exposição no balanço patrimonial					
	Ativo		Passivo		2017	
	Valores referenciais dos contratos	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado	Valor de mercado
Contratos de NDF	752.505	42.005	40.525	(15.115)	(16.045)	(16.045)
Pessoas jurídicas	752.505	42.005	40.525	(15.115)	(16.045)	(16.045)
Contratos de swaps	1.396.176	242.642	250.434	(341)	(1.249)	(1.249)
Outras entidades ligadas - Exterior (nota 22)	23.336	-	-	(341)	(1.249)	(1.249)
Instituições financeiras - Oficiais	23.336	341	1.249	-	-	-
Pessoas jurídicas	1.396.176	242.301	249.185	-	-	-
Total	2.148.681	284.647	290.959	(15.456)	(17.294)	(17.294)

	Exposição no balanço patrimonial					
	Ativo		Passivo		2017	
	Valores referenciais dos contratos	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado	Valor de mercado
Contratos de NDF	328.973	8.969	9.460	(8.225)	(8.559)	(8.559)
Pessoas jurídicas	328.973	8.969	9.460	(8.225)	(8.559)	(8.559)
Contratos de swaps	1.555.850	67.885	71.805	(570)	(3.185)	(3.185)
Instituições financeiras - Ligadas (nota 22)	32.425	-	-	(570)	(3.185)	(3.185)
Outras entidades ligadas - Exterior (nota 22)	32.425	570	3.184	-	-	-
Instituições financeiras - Oficiais	32.425	570	3.184	-	-	-
Pessoas jurídicas	1.491.000	67.315	68.621	-	-	-
Total	1.884.823	76.854	81.265	(8.795)	(11.744)	(11.744)

O valor referencial dos contratos de derivativos registrados na B3 S.A., Brasil, Bolsa, Balcão montam R\$ 2.148.681 (2017 - R\$ 1.884.823).

e) Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

	2018	2017
Contratos		
Swap	212.227	(49.268)
NDF	20.011	(896)
Total	232.238	(50.164)

8 | Carteira de crédito

a) Composição da carteira de crédito por produto

	2018	2017
Operações de crédito	15.712	16.119
Financiamentos	15.712	16.119
Total de operações de crédito	15.712	16.119
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8)	(5)
Total de operações de crédito	15.704	16.114

b) Composição da carteira de crédito por nível de risco e setor econômico

Nível de risco	2018			2017
	Indústria	Pessoas físicas	Total	
AA	11.762	3.950	15.712	-
Total	11.762	3.950	15.712	-
Provisão adicional (1)	-	-	-	(8)
Total da provisão	-	-	-	(8)

Nível de risco	2017			2017
	Comércio	Indústria	Pessoas físicas	
AA	1.755	10.469	3.895	16.119
Total	1.755	10.469	3.895	16.119
Provisão adicional (1)	-	-	-	(5)
Total da provisão	-	-	-	(5)

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco

Nível de risco	2018				2017
	Saldo da carteira		Saldo da provisão		
	Curso normal	Total da carteira	Nível de provisão	Total da provisão	
AA	15.712	15.712	100,00	-	-
Total	15.712	15.712	100,00	-	-
Provisão adicional (1)	-	-	-	-	(8)
Total da provisão	-	-	-	-	(8)

Nível de risco	2017				2017
	Saldo da carteira		Saldo da provisão		
	Curso normal	Total da carteira	Nível de provisão	Total da provisão	
AA	16.119	16.119	100,00	-	-
Total	16.119	16.119	100,00	-	-
Provisão adicional (1)	-	-	-	-	(5)
Total da provisão	-	-	-	-	(5)

(1) A Entidade constituiu provisão adicional ao mínimo requerido pelo Bacen para os clientes *Corporate*, de acordo com os percentuais adotados em metodologia interna.

d) Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento

	2018	2017
A vencer até 90 dias	4.282	9.703
De 91 a 360 dias	11.430	6.416
Total	15.712	16.119

e) Composição da carteira de crédito por concentração

	2018		2017	
	Saldo	% Carteira	Saldo	% Carteira
10 maiores devedores	14.232	90,58	14.125	87,63
20 seguintes maiores devedores	1.480	9,42	1.994	12,37
Total	15.712	100,00	16.119	100,00

f) Movimentações à conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2018	2017
Crédito com características de concessão de crédito		
Saldo inicial	(22)	(21)
Reversões	745	16
Saldo final	723	16
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	48.972	51
Não houve renegociações nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017.	-	-

g) Composição do resultado de operações de crédito

	2018	2017
Financiamentos	6.937	280
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	9	331
Total	6.937	331

9 | Créditos tributários

a) Movimentação de crédito tributário de imposto de renda	2018		2017	
	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2018
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.038	572	(130)	14.480
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	7.453	1.020	(185)	8.288
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	676	3.195	(3.660)	211
Benefícios a empregados CPC 33	1.242	-	-	1.242
Prejuízo fiscal	22.918	-	(11.236)	11.682
Total	45.817	4.788	(15.215)	35.390

b) Movimentação de crédito tributário de contribuição social	2018		2017	
	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2018
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.423	2.043	(78)	10.388
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	4.472	1.487	(111)	5.848
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	406	1.968	(2.197)	177
Benefícios a empregados CPC 33	745	-	-	745
Base negativa de contribuição social	70.487	-	(13.672)	56.815
Total	84.536	5.499	(16.061)	73.974

c) Realização de crédito tributário de imposto de renda	2018		2017	
	1 ano	2 anos	3 anos	3 anos
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.423	2.996	-	2.996
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	4.043	4.245	-	-
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	211	-	-	-
Benefícios a empregados CPC 33	606	636	-	-
Prejuízo fiscal	4.568	6.345	-	254
Total	17.918	14.222	-	3.250

d) Realização de crédito tributário de contribuição social	2018		2017	
	1 ano	2 anos	3 anos	5 anos
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.423	2.996	-	2.996
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	6.090	2.149	-	-
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	2.853	2.995	-	-
Benefícios a empregados CPC 33	177	-	-	-
Base negativa de contribuição social	2.833	3.935	8.184	9.286
Total	12.317	9.461	10.333	32.577

e) Realização de crédito tributário de contribuição social	2018		2017	
	1 ano	2 anos	3 anos	5 anos
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.600	13.143	-	-
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	26	25	-	-
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	4	-	-	-
Total	23.630	13.169	25	25

O valor presente dos créditos tributários monta R\$ 86.428 (2017 - R\$ 64.605) descontados à taxa média de captação do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil.

De acordo com as práticas contábeis e as regulamentações do Conselho Monetário Nacional - CMN, descrita na nota 31, a administração da Entidade constituiu a totalidade dos créditos tributários decorrentes de provisão fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias em 30 de junho de 2018. O procedimento adotado respeitou a projeção de lucratividade da entidade, bem como a expectativa de realização dos citados créditos tributários.

A lei tributária determina que o ajuste a valor de mercado dos derivativos sejam tributados somente na liquidação e por isso é constituído crédito tributário diferido. Nesta rubrica está informado o saldo total entre ativo e passivo diferido de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e sobre o ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos.

10 | Outros créditos - Diversos

	2018		2017	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Devedores por depósitos em garantia	-	303.865	-	291.625
Impostos e contribuições a compensar	-	-	519	-
Adiantamentos e antecipações	29	-	12	-
Pagamentos a ressarcir	1.118	-	8	-
Diversos	1.156	303.865	743	291.625

11 | Investimentos

Em 30 de junho de 2017 os investimentos eram compostos, basicamente, por participação societária na Tecnologia Bancária S.A. - Tecban, no valor de R\$ 1.287, avaliado pelo custo de aquisição. Em 26 de dezembro de 2017, a Entidade vendeu parte de suas ações na Tecnologia Bancária S.A. para o Itaú Unibanco no montante de R\$ 918 pelo valor de R\$ 12.500. Em 09 de março de 2018, a Entidade vendeu o restante de suas ações na Tecnologia Bancária S.A. para a Caixa Econômica Federal no montante de R\$ 369 pelo valor de R\$ 4.646.

12 | Imobilizado de uso

	2018			2017		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Terrenos	28.617	-	28.617	-	-	-
Edificações	37.579	(37.579)	-	-	-	-
Instalações, móveis e equipamentos de uso	1.382	(1.382)	-	-	-	-
Sistemas de processamento de dados	5.007	(5.007)	-	-	-	-
Sistemas de comunicação - Equipamentos	2.386	(2.386)	-	-	-	-
Sistemas de segurança	5.995	(5.995)	-	-	-	-
Instalação e adaptação de dependências	52.426	(52.426)	-	-	-	-
Total	133.392	(104.774)	28.618	-	-	-

	2017		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Terrenos	28.617	-	28.617
Edificações	37.579	(37.579)	-
Instalações, móveis e equipamentos de uso	1.382	(1.382)	-
Sistemas de processamento de dados	5.007	(5.007)	-
Sistemas de comunicação - Equipamentos	2.386	(2.386)	-
Sistemas de segurança	5.995	(5.995)	-
Instalação e adaptação de dependências	52.426	(52.426)	6
Total	133.392	(104.769)	28.623

13 | Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações referem-se a empréstimos obtidos para repasses a clientes locais. Essas obrigações estão sujeitas à variação cambial e a juros do mercado externo que variam de 2,32% a 2,45% ao ano (2017 - de 1,30% a 1,32% ao ano).

	Até 3 meses		De 3 a 12 meses		2018		2017	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Repasses do exterior								
Vinculados a repasses a mutuários	15.671	-	98	-	15.769	-	15.671	-
Vinculados a títulos federais	1.149.113	-	658.587	-	1.807.700	-	1.539.146	-
Total	1.164.784	-	658.685	-	1.823.469	-	1.554.817	-

14 | Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

	2018		2017	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	28.370	36.990	-	-
Impostos e contribuições a recolher	1.324	1.403	-	-
Provisão para impostos e contribuições diferidos (1)	-	586	-	-
Total	29.694	38.979	-	-

(1) Provisão para impostos e contribuições diferidos referem-se a passivos fiscais de imposto de renda e contribuição social decorrentes do ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação e dos instrumentos financeiros derivativos.

Em virtude da majoração de alíquota da CSLL, esta Entidade registrou crédito tributário adicional no montante de R\$ 5.347 (2017 - R\$ 8.201). A referida majoração de alíquota aumentou o valor da CSLL a recolher neste semestre no montante de R\$ 5.245 (2017 - R\$ 6.648).

15 | Outras obrigações - Diversas

	2018		2017	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para passivos contingentes (nota 17)	34.465	23.458	33.274	21.422

...Continuação

se em três princípios, sendo eles: mensuração, monitoramento e planejamento de capital. O gerenciamento de capital visa maximizar o retorno financeiro aos acionistas, atender aos requerimentos regulatórios de capital, regulamentações vigentes e políticas internas aplicáveis. Ademais, durante o processo de gerenciamento de capital também são consideradas as metas internas de adequação de capital, índices e limites de acionamento de contingência. Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de capital consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

25.2. Gerenciamento de risco operacional
Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, instituiu em junho de 2007 a Política de Gerenciamento de Risco Operacional. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil mantém uma estrutura de Gestão de Risco Operacional com uma estrutura de Governança para sustentar suas atividades centrais de Gestão de Risco Operacional de antecipação, mitigação e recuperação. Para garantir a gestão efetiva de risco operacional por todo o Conglomerado, a Estrutura de Governança apresenta três linhas de defesa:

Primeira Linha de Defesa - Negócio: O negócio assume seus riscos, incluindo seu risco operacional e é responsável por sua gestão.

Segunda Linha de Defesa - Gestão de Risco Independente e Funções de Controle - Operacional Risk Management, Compliance, Risk, Finanças, Recursos Humanos e Jurídico: Constituem a segunda linha de defesa com o objetivo de aumentar a eficácia dos controles e garantir a gestão adequada dos riscos operacionais em todos os produtos, linhas de negócios e regiões.

Terceira Linha de Defesa: A Auditoria Interna recomenda melhorias nos processos e práticas de forma contínua e oferece avaliação e análise independente.

O Superintendente de Riscos Operacionais é responsável por garantir o controle e a direção estratégica no processo de identificação de riscos operacionais significativos e controles mitigadores conforme o processo global de Auto-Avaliação de Risco e Controle, bem como no cumprimento de todos os requisitos regulamentares aplicáveis. É também responsável por assegurar a comunicação ao *Chief Risk Officer* e ao Comitê de Riscos, Controles Internos e Compliance, assim como, quando necessário, aos Auditores Independentes e órgãos reguladores, dos riscos operacionais significativos e emergentes, das medidas mitigadoras adotadas, e das possíveis deficiências de controle agregadas e significativas na organização como um todo.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco operacional consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

25.3. Gerenciamento de risco de mercado
Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma diretoria de risco de mercado, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, a estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Mercado Global do Citigroup. A estrutura e as estratégias para o gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: i) limites; ii) mensuração de riscos; iii) modelos; iv) avaliação de riscos nas cartilhas de *banking*; v) apreçamento e marcação a mercado; e vi) novas transações, atividades e operações complexas.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de mercado consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

25.4. Gerenciamento de risco de crédito
Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil instituiu, em abril de 2010, a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco está em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 e faz parte do *Independent Risk Management* do Citigroup. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil segue manuais, políticas e procedimentos que regem risco de crédito em suas diferentes unidades de negócio. Cada unidade possui política de crédito a nível global, sendo complementada por guias e manuais desenvolvidos de forma a identificar, mensurar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de crédito consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

25.5. Gerenciamento de risco de liquidez
Em cumprimento à Resolução, nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado

Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, a estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Liquidez Global do Citigroup. A política de risco de liquidez é única e, portanto, aplicável para todo o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, incluindo todas as suas subsidiárias, e estabelece uma padronização para definir, mensurar, limitar e reportar o risco de liquidez, garantindo consistência de bases e metodologias entre áreas e países e transparência nos relatórios de risco.

O plano de liquidez do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil é elaborado anualmente e aborda todas as questões estratégicas de liquidez requeridas pela Política de Risco de Liquidez, estabelecendo métricas, relatórios e limites, incluindo a segregação por moeda, risco *intraday* e o plano de contingência para situações extremas. Como parte do plano de liquidez, as premissas e simulações de cenários de stress são revisadas e aprovadas pela alta administração no Comitê de Ativos e Passivos - ALCO.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

25.6. Gerenciamento de risco socioambiental
A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, em linha com as Resoluções nº 4.327 de 25 de abril de 2014 e nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, estabelece política interna, procedimentos e governança, sob supervisão CRO, para gerenciamento de risco socioambiental.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Responsabilidade Socioambiental.

25.7. Gerenciamento de riscos relevantes
O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui um processo para identificação dos riscos relevantes, sendo que, a partir das diretrizes do grupo e riscos avaliados no planejamento estratégico o banco define o conjunto corporativo de riscos relevantes.

A Diretoria

Alexandre Macedo Barbosa
CRC: 1SP191859/0-5

Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros da atual Diretoria do Banco.

De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê:

- (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e parecer da auditoria independente;
- (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e
- (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições.

O Comitê reuniu-se formalmente por 7 vezes no período de 1º de janeiro de 2018 à 22 de agosto de 2018, onde desenvolveu as seguintes atividades:

- a. Reuniu-se, com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.
- b. Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetuou o acompanhamento da implementação dos planos de ação propostos para endereçar os riscos identificados nos pontos de auditoria dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções. A Auditoria Interna do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil segue metodologia de trabalho estabelecida pela Matriz, sendo emitidos relatórios formais de auditoria para todos os trabalhos finalizados.
- c. Acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela área de Risco Operacional, em conformidade com as Resoluções nº 2.554/98 e nº 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional - CMN, com o objetivo de avaliar e garantir o monitoramento e a efetividade dos sistemas e procedimentos de controles internos.
- d. Em atendimento a Resolução nº 4.433/15, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria analisou o relatório com dados quantitativos e qualitativos acerca das atividades

desenvolvidas pela Ouvidoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, para o semestre findo em 30 de junho de 2018, como parte do processo de observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da Ouvidoria.

Em sessão realizada em 22 de agosto de 2018, reuniu-se com representantes da KPMG Auditores Independentes, onde tomou conhecimento (i) do parecer sobre as Demonstrações Financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2018, (ii) dos assuntos de destaque do semestre, e (iii) de outros assuntos relacionados aos trabalhos da auditoria externa.

Adicionalmente, nesta data, examinou e aprovou o Relatório de atividades do Comitê de Auditoria e este resumo, relativos às atividades desenvolvidas no período.

Concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos e recomendou à Diretoria do Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018. São Paulo, 22 de agosto de 2018.

Comitê de Auditoria

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e à Diretoria da Citibank N.A. - Filial Brasileira São Paulo - SP



Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do Citibank, N.A. - Filial Brasileira ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Citibank, N.A. - Filial Brasileira em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/0-6
Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/0-8



APOIAMOS O PROGRESSO
E O FUTURO DA SUA EMPRESA.